

Convocação do Congresso divide PMDB

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, afirmou ontem que considera necessária a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso de julho, "não apenas pelas dúvidas existentes em relação ao estado de saúde do presidente da República, mas pelo quadro social preocupante".

Ulysses ressaltou, porém, que seu partido não tem definição sobre o problema. Seu próprio líder na Câmara, Freitas Nobre, é contrário a entendimentos com os demais partidos, principalmente o PDS, para convocar extraordinariamente o Congresso, argumentando que a suspensão do recesso seria inócua — "pois o Legislativo não tem mais poderes para influenciar na política econômica do governo" —, mas entende como necessário promover plantões de vice-líderes em Brasília "para qualquer emergência". De acordo com a Constituição, a convocação extraordinária depende de apoio de pelo menos dois terços da Câmara (320 deputados) e do Senado (46).

Ao ser indagado sobre a possibilidade de suspensão do recesso do Congresso para votar pedido de licença do presidente Figueiredo para se submeter a intervenção cirúrgica, o presidente da Câmara, Flávio Marcílio (PDS), preferiu não comentar o assunto. "Para que argumentar com uma hipótese que espero não venha a se concretizar?" — observou.

Já o líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, afirmou que havia conversado com o ministro Leitão de Abreu domingo à noite e "não havia novidades: o presidente ainda não havia decidido submeter-se a exame".